

# **Demonstrações financeiras**

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

# Salto Jaurú Energética S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeira.....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Contexto operacional.....	10
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.....	11
Caixa e equivalentes de caixa.....	15
Contas a receber de clientes.....	15
Estoques.....	16
Impostos a recuperar.....	16
Imobilizado.....	17
Ativo de direito de uso e arrendamento.....	19
Contas a pagar e fornecedores.....	21
Obrigações tributárias.....	21
Provisão para demandas judiciais.....	22
Patrimônio líquido.....	24
Receita operacional líquida.....	25
Custos e despesas operacionais.....	27
Outras receitas e despesas operacionais.....	27
Resultado financeiro.....	28
Imposto de renda e contribuição social corrente.....	28
Transações com partes relacionadas.....	29
Cobertura de seguros.....	31
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.....	31



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e Diretores da  
**Salto Jaurú Energética S.A.**  
Jauru - MT

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Salto Jaurú Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Shape the future  
with confidence

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future  
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fulvio A. Matias de Carvalho', is written over the printed name.

Fulvio A. Matias de Carvalho  
Contador CRC SP-294991/O

## Salto Jaurú Energética S.A.

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	22.825	13.266
Contas a receber de clientes	4	369	346
Contas a receber – Partes relacionadas	18	785	3.609
Despesas antecipadas		630	517
Estoques	5	933	962
Impostos e contribuições a recuperar	6	301	119
Outras contas a receber		1	201
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>25.844</b>	19.020
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber – Partes relacionadas	18	-	311
Imobilizado	7	83.278	87.284
Ativo de direito de uso	8	194	324
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>83.472</b>	87.919
<b>Total do ativo</b>		<b>109.316</b>	<b>106.939</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Contas a pagar e Fornecedores	9	423	1.703
Contas a pagar – Partes relacionadas	18	2.016	1.096
Passivo de arrendamento	8	131	155
Obrigações tributárias	10	1.278	1.036
Dividendos a pagar	18	5.124	10.331
Outras contas a pagar		1	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>8.973</b>	14.321
<b>Não circulante</b>			
Passivo de arrendamento	8	93	210
Provisão para demandas judiciais	11	32.904	29.255
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>32.997</b>	29.465
<b>Patrimônio líquido</b>	12		
Capital social		9.837	9.837
Reservas de lucros		7.174	1.934
Ajuste de avaliação patrimonial		50.335	51.382
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>67.346</b>	63.153
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>109.316</b>	106.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Demonstração do resultado  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	13	27.598	27.912
Custo de geração de energia	14	(18.093)	(13.295)
<b>Lucro bruto</b>		<b>9.505</b>	14.617
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	14	(609)	(484)
Outras receitas e despesas operacionais	15	(3.522)	(103)
		<b>(4.131)</b>	(587)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>5.374</b>	14.030
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	16	1.883	579
Despesas financeiras	16	(260)	(3.508)
		<b>1.623</b>	(2.929)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>6.997</b>	11.101
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente	17	(1.498)	(1.056)
		<b>(1.498)</b>	(1.056)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>5.499</b>	10.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	<b>5.499</b>	10.045
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>5.499</b>	10.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		9.837	-	-	52.429	(8.882)	53.384
Amortização da reserva de reavaliação		-	-	-	(1.047)	1.047	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.045	10.045
Constituição de reserva legal	12	-	58	-	-	(58)	-
Dividendos mínimos obrigatório	12	-	-	-	-	(276)	(276)
Reserva de lucros		-	-	1.876	-	(1.876)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>9.837</b>	<b>58</b>	<b>1.876</b>	<b>51.382</b>	<b>-</b>	<b>63.153</b>
Amortização da reserva de reavaliação		-	-	-	(1.047)	1.047	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.499	5.499
Constituição de reserva legal	12	-	275	-	-	(275)	-
Dividendos mínimos obrigatório	12	-	-	-	-	(1.306)	(1.306)
Reserva de lucros		-	-	4.965	-	(4.965)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>9.837</b>	<b>333</b>	<b>6.841</b>	<b>50.335</b>	<b>-</b>	<b>67.346</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.997	11.101
<b>Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto de renda com o fluxo de caixa</b>			
Depreciação do ativo imobilizado	7	4.756	4.854
Amortização de ativo de direito de uso	8	130	141
Juros sobre passivo de arrendamento	8	28	24
Baixa de ativo imobilizado	7	239	87
Provisão para demandas judiciais	11	3.649	3.255
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais</b>			
Contas a receber de clientes		(23)	(3.055)
Contas a receber - Partes relacionadas		3.135	-
Despesas antecipadas		(113)	(362)
Estoques		29	41
Impostos e contribuições a recuperar		(182)	(11)
Outros		200	3
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>			
Fornecedores		(1.280)	2.235
Contas a pagar – partes relacionadas		920	-
Obrigações tributárias		(28)	(109)
Outras contas a pagar		1	(2)
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social		(1.228)	(517)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>17.230</b>	<b>17.685</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	(989)	(804)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(989)</b>	<b>(804)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de empréstimos - principal		-	(4.811)
Pagamento de empréstimos - juros		-	(45)
Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento	8	(169)	(149)
Dividendos pagos a acionistas		(6.513)	(599)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(6.682)</b>	<b>(5.604)</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>9.559</b>	<b>11.277</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro</b>		<b>13.266</b>	<b>1.989</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>22.825</b>	<b>13.266</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Salto Jaurú Energética S.A. (“Salto Jaurú”, “SAJESA” ou “Companhia”), foi constituída em 5 de janeiro de 2005 e possui sede social na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, Jacarepaguá, CEP 22775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado.

A Companhia tem por objeto a implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Salto (“PCH Salto” ou “PCH”), a manutenção e a operação de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH, bem como exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

Os acionistas da Companhia são a Elera Renováveis S.A. (controladora da Companhia) com participação de 76,08%, Utariti MT Participações S.A. (13,31%) e acionistas pessoas físicas que detêm em conjunto 10,61% da participação acionária, sendo: João de Castro Branco, Fernando Aparecido Campos Caldeira, Fernando Luiz Vilela, Gustavo Filho de Oliveira Cuba, Isabella de Oliveira e Castro, Camilla de Oliveira e Castro, Leandro de Oliveira e Castro e Mariana de Oliveira e Castro.

Central fotovoltaica	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
Salto Jauru Energética S/A	19	RES 215/2001	25/01/2044	Jauru e Indiavaí - MT

### 1.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 17 de abril de 2026.

### 1.2 Impactos do Pilar Dois

Em 23 de maio de 2023, o *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. A Companhia adotou essas emendas. No entanto, a administração não identificou impactos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

# **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## **1.1. Continuidade operacional**

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

## **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A diretoria aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

### **2.3. Moeda funcional**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

### **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia a administração efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo:

Nota explicativa 7 – Imobilizado: Valor recuperável e vida útil dos ativos;

Nota explicativa 11 – Provisão para demandas judiciais: Classificação dos riscos de perda;

Nota explicativa 13 – Receita operacional líquida: Receita não faturada.

### **2.5. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2025**

A Companhia avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

#### Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Companhia não realizou operações de Leaseback ou aluguel de itens vendidos que sejam anteriormente de sua propriedade.

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em 18 de outubro de 2024 o CPC emitiu o OCPC 10 com o objetivo de tratar os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e)<sup>1</sup>, Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos por não operar com esses produtos e não fazer parte do seu plano de negócio.

### Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

## **2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

### CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros entrada em vigor em 01 de janeiro de 2026.

# Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em 07 de janeiro de 2026, o Comitê de pronunciamentos contábeis emitiu o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, que substitui equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

A Diretoria iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção.

A Diretoria detidamente avaliou e não foram identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Companhia.

## Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva.

## IFRS S1 — Divulgações Gerais de Sustentabilidade e IFRS S2 — Divulgação Climática

Essas normas estabelecem princípios para a divulgação de informações relevantes sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam afetar a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa futuros da Companhia.

A Diretoria detidamente e não foram identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Companhia.

### **2.8. Políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera que Caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	7	5
Aplicações financeiras	22.818	13.261
<b>Total</b>	<b>22.825</b>	<b>13.266</b>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% e 98% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	20.873	10.292
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	1.945	2.969
<b>Total</b>			<b>22.818</b>	<b>13.261</b>

### 4. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para a Companhia em valor igual ao registrado.

Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) é constituída com base nas perdas esperadas pela Companhia, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

	2025	2024
Venda de energia elétrica - Não faturado	239	226
Venda de energia – MRE e CCEE	130	120
<b>Total do contas a receber de clientes</b>	<b>369</b>	<b>346</b>

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2025	2024
Saldo a vencer	369	346
<b>Total das contas a receber de clientes</b>	<b>369</b>	<b>346</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber.

A Administração não prevê a constituição de novas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD), tendo em vista as características do mercado em que a Companhia opera e os mecanismos de mitigação do risco como, processos de análise de crédito, acompanhamento contínuo da carteira e garantias contratuais.

### 5. Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização e são avaliados ao custo ou o valor realizável dos dois o menor.

A administração realiza avaliações periódicas dos itens registrados em estoque, com foco na identificação de riscos relacionados à perda de valor e à obsolescência. Quando constatadas tais situações, os valores correspondentes ao custo dos itens são reconhecidos como baixa no resultado da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

	2025	2024
Almoxarifado	933	962
<b>Total dos estoques</b>	<b>933</b>	<b>962</b>

### 6. Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Companhia. Os saldos são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	2025	2024
IRPJ/CSLL	254	72
ICMS	42	42
ISS	5	5
<b>Total</b>	<b>301</b>	<b>119</b>

Em 31 de dezembro de 2025, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuaram as avaliações e concluíram que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

### 7. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Os adiantamentos realizados a fornecedores, vinculados exclusivamente à aquisição ou construção de ativos imobilizados, são registrados como adições ao imobilizado, em razão de sua natureza e finalidade. Tal procedimento visa garantir que o custo dos ativos, apresentado na data-base das demonstrações financeiras, corresponda aos montantes efetivamente investidos pela Companhia.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

#### Método de depreciação:

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização de operação, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que se assemelham às vidas úteis efetivas dos bens. Os ativos administrativos são depreciados a taxas que também refletem a vida útil efetiva dos bens.

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2025 e 2024 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual de seus ativos.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

	<u>Vida útil</u>
Máquinas, equipamentos e instalações	<b>10 a 40 anos</b>
Reservatórios barragens e adutoras	<b>30 a 50 anos</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	<b>30 a 50 anos</b>

### Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

A Companhia analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de perda no valor recuperável do ativo imobilizado.

Segue abaixo os movimentos do imobilizado na demonstração financeira:

	<u>2025</u>			<u>2024</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
<u>Em serviço</u>				
Máquinas e equipamentos	29.880	(18.794)	11.086	11.943
Reservatórios, barragens e adutoras	95.491	(80.921)	14.570	14.919
Edificações, obras civis e benfeitorias	81.119	(27.615)	53.504	57.039
<u>Em curso</u>				
Estoque de ativo fixo	2.486	-	2.486	2.574
Bens em andamento	1.632	-	1.632	809
	<b>210.608</b>	<b>(127.330)</b>	<b>83.278</b>	<b>87.284</b>
	<u>Saldo em 2024</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas</u>
<u>Em serviço</u>				<u>Saldo em 2025</u>
Máquinas e equipamentos	29.865	-	244	(229)
Reservatórios, barragens e adutoras	95.491	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	81.119	-	-	-
<u>Em curso</u>				
Estoque de ativo fixo	2.574	37	(115)	(10)
Bens em andamento	809	952	(129)	-
	<b>209.858</b>	<b>989</b>	<b>-</b>	<b>(239)</b>
				<b>210.608</b>

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 2024</b>	<b>Adição (Nota 14)</b>	<b>Transferências</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 2025</b>
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	(17.922)	(872)	-	-	(18.794)
Reservatórios, barragens e adutoras	(80.572)	(349)	-	-	(80.921)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(24.080)	(3.535)	-	-	(27.615)
	<b>(122.574)</b>	<b>(4.756)</b>	-	-	<b>(127.330)</b>
<hr/>					
	<b>Saldo em 2023</b>	<b>Adição</b>	<b>Transferências</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 2024</b>
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	29.809	-	56	-	29.865
Reservatórios, barragens e adutoras	95.491	-	-	-	95.491
Edificações, obras civis e benfeitorias	81.104	-	15	-	81.119
<u>Em curso</u>					
Estoque de ativo fixo	2.506	132	-	(64)	2.574
Bens em andamento	231	672	(71)	(23)	809
	<b>209.141</b>	<b>804</b>	-	<b>(87)</b>	<b>209.858</b>
<hr/>					
	<b>Saldo em 2023</b>	<b>Adição (Nota 14)</b>	<b>Transferências</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 2024</b>
<u>Depreciação</u>					
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	(16.961)	(961)	-	-	(17.922)
Reservatórios, barragens e adutoras	(80.223)	(349)	-	-	(80.572)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(20.536)	(3.544)	-	-	(24.080)
	<b>(117.720)</b>	<b>(4.854)</b>	-	-	<b>(122.574)</b>

## 8. Ativo de direito de uso e Arrendamento

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, respeitando também a data limite da autorização da operação, conforme abaixo:

- Veículos automotores: 36 meses (delimitado pela data autorização da operação).

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo, arrendamentos de ativos de baixo valor e para aqueles em que os pagamentos são atrelados a fatores variáveis, sendo reconhecido os pagamentos de arrendamento como uma despesa em uma base linear ao longo do prazo do contrato, conforme disposto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável e a diretoria avaliou e concluiu que não há indicativos de perda no valor recuperável.

A composição e movimentação do Ativo de direito de uso é como segue:

	2025			2024
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Veículos	389	(195)	194	324
	389	(195)	194	324
<b>Custo</b>	<b>Saldo em 2024</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Saldo em 2025</b>
Veículos	697	-	(308)	389
	697	-	(308)	389
<b>Amortização</b>	<b>Saldo em 2024</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Saldo em 2025</b>
Veículos	(373)	(130)	308	(195)
	(373)	(130)	308	(195)
<b>Custo</b>	<b>Saldo em 2023</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Saldo em 2024</b>
Veículos	304	393	-	697
	304	393	-	697
<b>Amortização</b>	<b>Saldo em 2023</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Saldo em 2024</b>
Veículos	(232)	(141)	-	(373)
	(232)	(141)	-	(373)

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos de arrendamento são como segue:

	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Valor nominal dos pagamentos futuros	145	170	183	301
Ajuste a valor presente	(14)	(77)	(28)	(91)
Total	131	93	155	210

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa 11,06%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida do Grupo econômico.

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Saldo inicial	<b>365</b>	98
Adições	-	392
Pagamentos	<b>(169)</b>	(149)
Juros sobre arrendamento (Nota 16)	<b>28</b>	24
Saldo final	<b>224</b>	<b>365</b>

Cronograma de vencimento do saldo não circulante em 31 de dezembro de 2025:

<b>Ano</b>	
2027	<b>93</b>
	<b>93</b>

### 9. Contas a pagar e Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fornecedores	<b>423</b>	1.423
Contas a pagar - MRE & CCEE	-	280
	<b>423</b>	1.703

### 10. Obrigações tributárias

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
IRPJ/CSLL	<b>589</b>	378
PIS/COFINS	<b>147</b>	122
ICMS	<b>70</b>	130
ISS	<b>233</b>	211
INSS	<b>120</b>	106
Retido de terceiros	<b>119</b>	89
	<b>1.278</b>	1.036

### 11. Provisão para demandas judiciais

As provisões existentes na Companhia estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A Companhia classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

#### Perda provável:

São processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado; processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.

#### Perda possível:

São processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

#### Perda remota:

São processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

A Diretora acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

A Diretoria realiza, de forma periódica, análises de sensibilidade relacionadas às alterações nas premissas e estimativas utilizadas na mensuração das provisões para demandas judiciais. Com base na avaliação efetuada, não foram identificadas mudanças que resultassem em impactos relevantes ou ajustes contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Os saldos das demandas judiciais prováveis estão demonstrados a seguir:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Riscos cíveis	<b>32.904</b>	29.255
Total	<b>32.904</b>	<b>29.255</b>

A movimentação das demandas judiciais prováveis estão demonstrados a seguir:

	<b>Cíveis</b>
<b>31 de dezembro de 2023</b>	26.000
Atualização (Nota 16)	3.255
<b>31 de dezembro de 2024</b>	<b>29.255</b>
Adição (Nota 15)	<b>3.665</b>
Baixa	<b>(16)</b>
<b>31 de dezembro de 2025</b>	<b>32.904</b>

Segue abaixo o resumo por natureza, dos processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Riscos cíveis	-	3.031
Riscos tributários	-	387
Total	-	3.418

### Ações cíveis:

Em 31 de dezembro de 2025 não existem processos classificados como possível (R\$3.031 de dezembro de 2024), sendo uma ação regulatória proposta pela Companhia.

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### Ações tributárias:

Em 31 de dezembro de 2025 não existem processos classificados como possível (R\$387 em 31 de dezembro de 2024), sendo uma ação anulatória de lançamento de créditos.

## **12. Patrimônio líquido**

### Capital social:

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$9.837 (R\$9.837 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 27.237.066 (vinte e seis milhões, duzentas e trinta e sete mil e sessenta e seis), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### Reservas de lucros:

#### *Reserva legal:*

Sobre a reserva legal o estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

#### *Reserva de retenção de lucros:*

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

### Ajuste de avaliação patrimonial:

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado na Companhia em 1º de janeiro de 2009, em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos a conta de "Lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado foi depreciado e o Imposto de Renda e Contribuição Social apropriado ao resultado.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### Dividendos:

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

### *Deliberações do exercício de 2025:*

No exercício social de 2025, não houve distribuição de dividendos complementares aos acionistas referentes ao exercício.

### *Deliberações do exercício de 2024:*

No exercício social de 2024, não houve distribuição de dividendos complementares aos acionistas referentes ao exercício.

### *Destinação dos resultados*

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro líquido do exercício	<b>5.499</b>	10.045
Prejuízos acumulados	-	(8.882)
Constituição da reserva legal 5% (*)	<b>(275)</b>	(58)
Lucro líquido ajustado	<b>5.224</b>	1.105
Amortização da reserva de reavaliação	<b>1.047</b>	1.047
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	<b>(1.306)</b>	(276)
Constituição de reserva de Lucros	<b>(4.965)</b>	(1.876)
Lucro líquido do exercício a destinar	-	-

## 13. Receita operacional líquida

### Reconhecimento da receita

A receita operacional da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

# Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## Venda de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

## Receita não faturada

As Companhia registram as receitas ainda não faturadas, porém, incorridas, cuja disponibilização de energia foi concluída, mas ainda não foi faturada até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Receita operacional bruta</b>		
<u>Fornecimento de energia</u>		
Venda de energia elétrica	<b>2.777</b>	2.641
Venda de energia elétrica - partes relacionadas (Nota 18)	<b>23.813</b>	26.416
Resultado com MRE e CCEE	<b>2.050</b>	(88)
(Nota 17)	<b>28.640</b>	28.969
<u>Deduções da receita operacional bruta</u>		
<u>Impostos sobre a venda</u>		
PIS	<b>(186)</b>	(188)
COFINS	<b>(856)</b>	(869)
	<b>(1.042)</b>	(1.057)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>27.598</b>	27.912

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### 14. Custos e despesas por natureza

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

	2025	2024
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>		
Royalties ANEEL	(1.268)	(1.235)
<b>Total custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>(1.268)</b>	<b>(1.235)</b>
<b>Custo com operação</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Impostos, licenças e taxas	(19)	(60)
Comissão de venda (Nota 18)	(1.171)	(694)
Viagens	(17)	(14)
Serviços de terceiros	(1.410)	(1.311)
Seguros	(895)	(527)
Pessoal	(23)	(4)
Depreciação do ativo imobilizado (Nota 7)	(4.756)	(4.854)
Amortização do ativo de direito de uso (Nota 8)	(130)	(141)
Serviços de operação e manutenção (Nota 18)	(1.424)	(1.556)
Manutenção	(790)	(313)
MRE / CCEE	(5.869)	(2.366)
Telecomunicações	(37)	(33)
Promoção e publicidade	(10)	(16)
Outros	(274)	(171)
<b>Total custo com operação</b>	<b>(16.825)</b>	<b>(12.060)</b>
<b>Total de custos</b>	<b>(18.093)</b>	<b>(13.295)</b>
<b>Despesas gerais</b>		
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Serviços de terceiros	(113)	(54)
Serviços de administração – partes relacionadas (Nota 18)	(496)	(430)
<b>Total das despesas administrativas e gerais</b>	<b>(609)</b>	<b>(484)</b>

### 15. Outras receitas e (despesas) operacionais

	2025	2024
Ganho (perda) na venda de ativos	(11)	(87)
Custo com demandas judiciais (Nota 11)	(3.665)	-
Outros	154	(16)
<b>Total</b>	<b>(3.522)</b>	<b>(103)</b>

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### 16. Resultado financeiro

A Companhia reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa.

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

<b>Receita financeira</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receitas com aplicações financeiras	1.853	536
Receita com juros	30	-
Outros	-	43
<b>Total</b>	<b>1.883</b>	<b>579</b>

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

<b>Despesa financeira</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Juros de passivo de arrendamento (Nota 8)	(28)	(24)
Atualização de demandas judiciais (Nota 11)	-	(3.255)
Despesas com letras de créditos	(65)	(197)
Imposto sobre operações financeiras	(6)	(32)
Multa e juros	(24)	-
Outras despesas financeiras	(137)	-
<b>Total</b>	<b>(260)</b>	<b>(3.508)</b>

### 17. Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de presunção de 8% para imposto de renda e 12% sobre as receitas brutas auferida no período de apuração, somadas a receita financeira. Sobre esta base é apurado o imposto de renda e a contribuição social mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

A Diretoria avaliou a existência de incertezas relacionadas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, conforme previsto no ICPC 22, e concluiu que não foram identificados impactos relevantes na apuração do imposto.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	2025		2024	
<b>Corrente</b>				
Imposto de renda		1.019		(693)
Contribuição social		479		(363)
Total com despesas de impostos		1.498		(1.056)
	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Faturamento (Nota 13)</b>	28.640	28.640	28.969	28.969
	8%	12%	8%	12%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	2.291	3.437	2.869	3.476
Adições e exclusões:				
Receitas financeiras	1.883	1.883	536	536
Outras receitas tributáveis	-	-	15	15
Base de cálculo total	4.174	5.320	2.869	4.028
% do imposto	25%	9%	25%	9%
Ajustes	(24)	-	(24)	-
Total	1.020	479	693	363

### 18. Transações com partes relacionadas

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes.

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Ativo	Notas	2025	2024
<u>Contas a receber – Ativo Circulante</u>			
Elera Renováveis S.A.	(a)	785	3.609
Total		785	3.609
<u>Contas a receber – Ativo não Circulante</u>			
Elera Renováveis S.A.	(a)	-	311
Total		-	311

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

<b>Passivo</b>	<b>Notas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<u>Contas a pagar</u>			
Elera Renováveis S.A.	(b)	1.226	1.038
Elera Comercializadora Ltda.	(b)	107	56
Tangará Energia S.A	(b)	-	2
Outros acionistas não controladores	(b)	683	-
<b>Total</b>		<b>2.016</b>	1.096
<u>Dividendos a pagar</u>			
Elera Renováveis S.A.	(c)	4.745	7.860
Utiaritti Participações S.A	(c)	-	1.377
Outros acionistas não controladores	(c)	379	1.094
<b>Total</b>		<b>5.124</b>	10.331
<u>Receita</u>			
<u>Venda de energia elétrica</u>			
Elera Renováveis S.A.	(d)	23.813	26.416
<b>Total</b>	Nota 13	<b>23.813</b>	26.416
<u>Serviço de administração</u>			
Elera Renováveis S.A.	(e)	(496)	(430)
<b>Total</b>	Nota 14	<b>(496)</b>	(430)
<u>Custo</u>			
<u>Compra de energia elétrica</u>			
Elera Renováveis S.A..	(f)	1.424	1.556
<b>Total</b>	Nota 14	<b>1.424</b>	1.556
<u>Comissão</u>			
Elera Comercializadora Ltda.	(g)	1.171	694
<b>Total</b>	Nota 14	<b>1.171</b>	694

- (a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção;
- (c) Dividendos a pagar aos acionistas;
- (d) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (e) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (f) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (g) Comissões pagas por intermediação de comercialização de energia;

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as entidades do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### 19. Cobertura de seguros

A companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, os prêmios de seguros são reconhecidos no resultado a medida que incorridos. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2025, A Companhia é de R\$338.684 (R\$388.684 em 31 de dezembro de 2024) para os bens vinculados à autorização. Sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde está instaladas ahidrelétricas da Companhia do. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$450.000 (R\$450.000 em 31 de dezembro de 2024).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

### 20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

#### Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

#### Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	7	5	-	5
Aplicações financeiras	-	22.818	22.818	-	13.261	13.261
Contas a receber de clientes	369	-	369	346	-	346
Contas a receber – Partes relacionadas	785	-	785	3.920	-	3.920
Despesas antecipadas	630	-	630	517	-	517
Outras contas a receber	1	-	1	201	-	201
<b>Total</b>	<b>1.792</b>	<b>22.818</b>	<b>24.610</b>	<b>4.989</b>	<b>13.261</b>	<b>18.850</b>

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Passivos financeiros	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Contas a pagar e Fornecedores	423	-	423	1.703	-	1.703
Contas a pagar – Partes relacionadas	2.016	-	2.016	1.096	-	1.096
Dividendos a pagar	5.124	-	5.124	10.331	-	10.331
Passivo de arrendamento	224	-	224	365	-	365
Outras contas a pagar	1	-	1	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7.788</b>	<b>-</b>	<b>7.788</b>	<b>13.495</b>	<b>-</b>	<b>13.495</b>

### Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá.

- No mercado principal para o ativo ou passivo;
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, e estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado.

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo enquadram-se integralmente no Nível 1 da hierarquia de mensuração, uma vez que seus valores são determinados com base em preços cotados em mercados ativos, acessíveis ao público e observáveis de forma direta na data de mensuração.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela diretoria, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

#### *i) Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber.

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é BB, conforme avaliação da agência S&P.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado.

#### *ii) Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

#### *iii) Risco de concentração de carteira de clientes*

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### *vi) Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, para as empresas repactuadas a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para as empresas não repactuadas, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que as a Companhia tenham que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo.

Para reduzir este risco, a Companhia tiveram duas opções: a adesão ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia ou o controle do nível de contratação, que visa minimizar a exposição ao mercado de curto prazo.

### *iv) Risco de não renovação da autorização e concessão*

A Companhia detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, elevando o limite inferior das usinas classificadas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim,

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe ainda que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação, poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor

A Lei 14.120, de 1 de março de 2021, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

### Derivativos

Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

\* \* \*